

6.9. TELECOMUNICAÇÕES & DESENVOLVIMENTO

Com a extinção do Ministério das Comunicações, a área dos Transportes e Comunicações passou a depender do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente a partir de Maio de 1974. Por indicação da Junta de Salvação Nacional foi constituída uma Secretaria de Estado dedicada ao sector a par da Secretaria de Estado das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo e Marinha Mercante²²⁶. Esta foi a primeira de uma série de alterações na tutela das telecomunicações, que acompanharam de perto a nomeação dos sucessivos Governos provisórios.

No seu conjunto, o período pós-25 de Abril deu início a uma época que, quando integrada numa leitura mais geral, permite identificar algumas novidades em matéria de planeamento e opções estratégicas por parte das principais empresas de telecomunicações nacionais. Foi então que o sector passou a ser encarado como um elemento relevante para o processo de democratização e socialização da sociedade portuguesa; e para a satisfação das necessidades essenciais da população, designadamente no acesso ao trabalho, à habitação, à educação, à cultura e ao lazer, reequacionando-se o modo de utilização das redes e definindo-se, simultaneamente, uma política de equipamento a longo prazo. Na realidade esta nova opção estratégica tinha por base a longa duração apostando, por isso, nas recentes inovações tecnológicas, de forma a evitar as penalidades económicas resultantes de improvisações e da aplicação de métodos e tecnologias ultrapassadas ou facilmente ultrapassáveis.²²⁷ O investimento tinha necessariamente que atingir valores elevados.

No caso dos CTT/TLP, as receitas deficitárias que anualmente caracterizavam os seus exercícios tornavam forçoso o recurso a empréstimos para financiar os melhoramentos necessários. Ambas as empresas vinham há já algum tempo negociando, junto do Banco de Fomento Nacional, um empréstimo no valor de 243 mil contos, quando irrompeu a Revolução de Abril²²⁸. Em Junho de 1974 o Conselho de Gerência dos CTT/TLP era informado da impossibilidade de o Banco prever quando poderia colocar à disposição de ambas as empresas *qualquer numerário por conta do empréstimo, pois tudo depende de decisões a tomar pelo Tesouro e o Banco de Portugal*²²⁹. Recorde-se que, no plano de financiamento para o exercício de 1974, os empréstimos a contrair pelos CTT totalizavam 910 mil contos, verba que devia ser repartida em partes iguais entre a Caixa Geral de Depósitos e o Banco de Fomento Nacional²³⁰.

Fora qualquer imprevisto quanto ao esforço desenvolvido em matéria de procura de financiamento e à hipótese cada vez mais provável de se recorrer ao mercado externo, os CTT acabaram por celebrar um empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos no valor de 200 mil contos, à taxa de juro de 8,75 por cento ao ano, a amortizar no prazo de dez anos²³¹.

Em Março de 1975, coincidindo com a tomada de posse do Quarto Governo Provisório, a tutela das telecomunicações transitava para o então criado Ministério dos Transportes e Comunicações²³². O titular da pasta, Álvaro Veiga de Oliveira²³³, considerava ser tempo de repensar a estrutura, os órgãos e as funções da política de planeamento dos transportes e comunicações, tendo em vista quatro objectivos: funcionalidade, operacionalidade, economicidade e comunicabilidade²³⁴. O investimento no sector das telecomunicações não podia ser travado: em Abril estava-se em negociações de empréstimos externos com o Nordfinanz Bank e com o grupo alemão Von Der Heyde²³⁵.

Embora os CTT/TLP tivessem tentado resolver a questão do financiamento, apresentando uma proposta de Alteração de Tarifas, e tivessem contactado instituições bancárias nacionais e internacionais, em Maio de 1975 a situação estava longe de se resolver. A tutela foi então informada de que, a continuar, a *actual situação tarifária e de financiamento levará as empresas a cessar pagamentos a partir do próximo mês de Junho*²³⁶. Por outras palavras os CTT/TLP, reconhecendo a indispensabilidade de concretizar uma política que permitisse resolver os problemas



Primeiro-ministro Mário Soares e o ministro dos Transportes e Comunicações, Rui Vilar, recebem o secretário de Estado dos Correios e Telecomunicações de França, Norbert Segard. Imagem cedida pelo ANTT

levantados pela situação financeira, lançaram um apelo ao Governo solicitando os montantes de 1,9 milhões de contos e um milhão e 87 mil contos para os CTT e os TLP, respectivamente, *sob pena de que qualquer protelamento conduzirá as Empresas a uma situação de bloqueamento de que o Conselho de Administração, por considerá-lo irrecuperável, dada a irreversibilidade do processo de deterioração consequente, afirma não poder assumir a responsabilidade*²³⁷. Em Novembro de 1975 o Chemical Bank enviava aos TLP o contrato para a concessão de um empréstimo no valor de cinco milhões de euros²³⁸. Pelo caminho ficara o Quinto Governo Provisório (08.08.1975 a 12.09.1975), chefiado por Vasco Gonçalves, cujo programa fazia pela primeira vez referência ainda que breve às comunicações, considerando-as como um dos sectores fundamentais para a economia e passíveis de intervenção estatal.

Mas foi com o Primeiro Governo Constitucional (23.07.1976 a 23.01.1978), chefiado por Mário Soares, na sequência da vitória do Partido Socialista nas primeiras eleições legislativas realizadas após o 25 de Abril de 1974, que o sector das telecomunicações passou a ser encarado como um factor decisivo para a qualidade de vida e indispensável à consolidação

do Portugal democrático. Era certo e sabido que o sector se encontrava numa situação económica difícil, que se traduzia em défices de exploração acumulados, faltando, no entender do Governo, *uma política financeira sectorial coerente e adaptada às características específicas do sector, cobrindo quer os investimentos em infra-estruturas, quer as necessidades decorrentes da exploração das empresas*²³⁹. Além disso, a confirmação da falta de recursos financeiros próprios era cada vez mais evidente; dos 15 milhões de contos de investimentos que se projectaram para 1976, apenas 2,5 eram assumidos pelo Orçamento Geral de Estado²⁴⁰. Os encargos financeiros representavam mais de 13 por cento dos custos totais no sector das telecomunicações, situação que o ministro Rui Vilar²⁴¹ classificou de insustentável, apresentando como possível solução o *estabelecimento de um programa de eliminação dos défices acumulados, como ponto de partida para o saneamento financeiro do sector*²⁴².

Não é portanto de estranhar que, no seu programa de trabalhos para 1978, os CTT/TLP esperassem poder financiar cerca de 20 por cento do investimento previsto, no valor de três milhões de contos, através de fundos próprios.²⁴³ Em Agosto de 1977 o governador do Banco de Portugal sugeriu ao presidente do

Sr. Coronheiro Ramos Eng.º Maia Atayde Eng.º Monteiro Lopes	Gestão corrente da DSC, DST e dos TLP.
Dr. Henrique Constantino Dr. Silva Gomes	<p>REORGANIZAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Definição dos modelos de estrutura organizacional da DGC e da DGT; — Coordenação do desenvolvimento desses modelos; — Estabelecimento do calendário de implantação das novas estruturas; — Promoção das acções de formação exigidas pelas novas estruturas; — Implantação de novas estruturas. <p>PLANEAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Acompanhamento do processo de planeamento das actividades dos Correios e Telecomunicações e, pelo que respeita a estas, tendo em vista a integração do Planeamento da DST e dos TLP, logo que possível.
Eng.º José Ferreira Pinto Basto	<ul style="list-style-type: none"> — Condução de todas as acções associadas à interligação do CET no futuro Centro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, de forma que se intensifiquem os estudos sobre comutação electrónica e transmissão, devendo, para o efeito, mobilizar os meios necessários ao estudo e à definição da estratégia de desenvolvimento tecnológico naqueles campos.

Conselho de Administração dos CTT/TLP, Norberto Pilar, que assegurasse o restante financiamento do plano de investimentos através de um empréstimo externo no valor de 50 milhões de dólares. A verba acabaria por ser acordada com o consórcio bancário liderado pelo Kredietbank SA Luxembourgeoise. A sua utilização integral deveria realizar-se, no prazo de 18 meses, de acordo com as preocupações manifestadas para se proceder ao saneamento financeiro da empresa²⁴⁴.

Para já retenham-se os objectivos prioritários traçados, a curto e médio prazo, para o sector das telecomunicações:

- (i) supressão dos estrangulamentos de capacidade existentes nas redes de telecomunicações;
- (ii) planeamento integrado da rede de telecomunicações, devidamente ordenado com a política de ocupação do espaço;
- (iii) manutenção e desenvolvimento da indústria de equipamento de telecomunicações;
- (iv) redução dos encargos de distribuição postal.

Da concretização destes objectivos dependia, entre outros, o incremento *da participação de Portugal como centro de trânsito de comunicações, designa-*

*damente nas ligações Europa — África e com os países com que se estabeleceram recentemente relações diplomáticas*²⁴⁵. Os investimentos dos CTT/TLP ao longo de 1977 somaram cerca de 3,5 milhões de contos, representando 2,75 por cento do valor estimado para a Formação Bruta de Capital Fixo Nacional desse ano²⁴⁶.

Foi então que se retomou a temática da fusão das duas empresas. De resto, parece ser legítimo concluir que a necessidade de enquadrar a curto e médio prazo as estruturas dos CTT e dos TLP numa orientação de gestão conjunta, mais coerente e operacional, foi a principal responsável pelo retomar, com a prioridade que lhe foi atribuída, do problema da respectiva integração.

Em Setembro de 1977, por iniciativa do Conselho de Administração dos CTT/TLP, foram nomeados seis directores²⁴⁷ (dois para os correios, três para as telecomunicações e um para a da investigação e desenvolvimento tecnológico), encarregados de desempenharem funções de adjuntos do Conselho de Administração dos CTT/TLP:

De fora ficava a CPRM. A opção estratégica apontada — partindo da vocação internacional, da especialização de meios da empresa e das perspectivas de



O ministro dos Transportes e Comunicações, Rui Vilar, na inauguração das comunicações via satélite entre o continente e as ilhas da Madeira e dos Açores. Imagem cedida pelo ANTT

venda de serviços de *engineering* no exterior — defendia a permanência desta empresa com individualidade própria²⁴⁸. Quanto à fusão dos CTT com os TLP, era justificada com base em múltiplos e variados argumentos que, no essencial, partiam de razões de natureza integrada inerentes ao desenvolvimento da rede nacional de telecomunicações:

- possibilidades de desenvolvimento efectivo de um planeamento estratégico e da correspondente gestão da rede;
- reforço da capacidade de concepção de projectos e de investimento;
- criação de economias de escala nos domínios da estrutura e do funcionamento dos serviços;
- unificação dos regimes jurídico e social do pessoal;
- acréscimo da capacidade de formação e de investigação tecnológica²⁴⁹.

Como pano de fundo de todo este processo estava o assumir de uma nova imagem de serviço público, adequada à modernidade, dinamismo e espírito inovador do sector. A fusão deveria envolver ainda a adopção de medidas que permitissem a partilha das duas empresas em matéria de documentos, de

prestação de contas e de serviços coordenadores comuns, *nas áreas de pessoal, finanças, planeamento, compras estratégicas, secretaria-geral, auditoria, comunicação social, informática e organização* — *parecendo ainda possível a utilização recíproca das respectivas instalações e serviços e o preenchimento de cargos de direcção e chefia indistinta e reciprocamente por profissionais das duas empresas*²⁵⁰. De qualquer maneira a fusão dos CTT/TLP representava uma tarefa de enorme dimensão, pois envolvia a unificação (jurídica e social) de cerca de 40 mil funcionários.

A integração de ambas as estruturas empresariais devia aliás ser conduzida, de forma coordenada e programada, de acordo com as directrizes estruturadas pelo Ministério dos Transportes e Comunicações. Rui Vilar era bastante claro quanto às orientações a seguir em matéria de dinamização da fusão e reestruturação dos CTT/TLP. Deixam-se aqui registadas algumas das suas principais orientações:

- a) estudo dos aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, financeiros e de pessoal englobados na fusão dos TLP com os CTT, e formulação de um programa de acção, devidamente escalonado no tempo, para a realizar;



Norberto Pilar, presidente do Conselho de Administração dos CTT — TLP, in *Boletim do Grupo Desportivo do Pessoal dos Telefones*, n.º 307, Março de 1977, p. 1. AFPC

- b) desenvolvimento de economias de escala, no quadro da política de reestruturação descentralizada dos CTT/TLP;
- c) início dos trabalhos preparatórios da unificação dos regimes jurídicos do pessoal, os quais deverão evoluir progressivamente no sentido da celebração de um mesmo estatuto de prestações sociais;
- d) análise das implicações da futura fusão e da independência recíproca das actividades de correios e de telecomunicações, tendo em vista a adopção de uma estrutura e de um sistema de gestão descentralizados e regionalizados²⁵¹.

Como fio condutor de toda esta nova filosofia de gestão estava a descentralização da gestão, entendida quer por áreas geográficas (regionalização), quer por actividades. A matriz enquadradora de toda esta nova concepção partia, por um lado, da independência recíproca das actividades de correios e de telecomunicações e, por outro, do estabelecimento de dois grandes níveis de gestão: um, central, que incluía os órgãos com responsabilidades de planeamento e controlo, e outro regional, composto por *verdadeiros órgãos operacionais dotados de autonomia de gestão*²⁵².

A estrutura a criar deveria contemplar a criação da Direcção-Geral de Correios (DGC), da Direcção-Geral das Telecomunicações (DGT) e do Centro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CIDT). Em 24 de Maio de 1978, enquadrado na Reorganização do Sistema Nacional de Telecomunicações, o Conselho de Administração dos CTT/TLP aprovava o modelo global de estrutura da futura empresa pública integrada de telecomunicações proposto pela tutela, definindo como básicos os seguintes princípios:

- a) criação de unidades operacionais responsáveis pela obtenção de resultados em áreas geográficas bem definidas;
- b) apetrechamento dos órgãos operacionais com os instrumentos de gestão necessários a uma efectiva responsabilidade descentralizada;
- c) reconversão dos órgãos centrais em unidades de apoio efectivo no campo do planeamento, do desenvolvimento, da organização, das políticas, das tecnologias, dos métodos, processos e normas gerais, das estratégias comerciais, da coordenação geral das actividades, do controlo;
- d) primazia das relações funcionais sobre as hierarquias entre órgãos centrais e regionais;
- e) criação das funções pessoal, finanças, comercial, organização, coordenação tecnológica, planeamento, controlo de gestão e auditoria em cada Direcção-Geral²⁵³.

Norberto Pilar enunciou, ainda, as orientações estratégicas a implementar durante a transição:

- a) implantação progressiva, por fases programadas, à medida que o permitam a disponibilidade de recursos e a capacidade de gestão das empresas;
- b) as modificações estruturais a desenvolver deverão ser coerentes com o modelo global aprovado e com os princípios básicos do novo sistema de gestão a adoptar;
- c) atribuição aos responsáveis a designar — para os níveis central, regional e local das futuras Direcções-Gerais — da elaboração das estruturas, do desenvolvimento das diversas funções e da preparação e execução dos correspondentes programas de acção, através dos quais se deverá operar a implantação progressiva e programada do novo modelo de estrutura;
- d) tendo em conta as transformações do sistema de

gestão e dos métodos de direcção decorrentes da mudança da estrutura, articulados com acções de formação sistemática, deverão os responsáveis dos diversos níveis das Direcções-Gerais e da DSP a elaborar conjuntamente os competentes programas;

- e) elaboração dos programas detalhados das transformações a operar em cada fase²⁵⁴.

Em 6 de Abril, os CTT tinham aprovado a nova estrutura do CET, colocado na dependência hierárquica e funcional do Centro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. Ficava assim concluída a fase inicial da reorganização do Sistema Nacional de Telecomunicações (SNT), assente na fusão programada dos CTT e dos TLP e na separação das actividades de correios e de telecomunicações. No seu conjunto havia agora que desenvolver um esquema formal de planeamento e controlo que apoiasse a gestão corrente e permitisse às empresas racionalizarem custos e explorarem oportunidades de crescimento²⁵⁵. Em 1978 foi pela primeira vez elaborado um relatório único contemplando as actividades dos CTT e dos TLP, e constituída a Direcção de Coordenação de Pessoal, órgão comum às duas empresas e cujo principal objectivo era aproximar os respectivos regimes laborais²⁵⁶.

O Primeiro Governo Constitucional avançou também alguma coisa em termos do que seria a regulação e a instituição de uma estrutura de planeamento e coordenação da actividade das telecomunicações. A proposta, pouco ambiciosa e pouco inovadora, partia da criação de dois órgãos, um de planeamento e outro de coordenação, atribuindo no primeiro caso *larguíssima competência em matéria de definição da política nacional de telecomunicações, de uso público dos serviços, de planeamento, de representação internacional, de tutela das empresas que operam no sector, de regulamentação e normalização, de satisfação das necessidades de circuitos das Forças Militares, de gestão do espectro radioeléctrico e de outros; e ao segundo, funções de tutela e coordenação dos «organismos especializados em matérias específicas relativas às telecomunicações» (...)*²⁵⁷. Para além da cosmética da nomenclatura, uma vez que algumas destas funções eram já asseguradas pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, a principal inovação do projecto dizia respeito à sua articulação com a Lei de Defesa Nacional e à colocação de uma estrutura embrionária de planeamento

e coordenação do sector das telecomunicações na dependência directa do ministro da Defesa.²⁵⁸ Por tudo isto não são de estranhar as apreciações críticas apresentadas pelos CTT quando analisaram o projecto, classificando-o de confuso quanto à relação entre telecomunicações civis e militares, o que, em seu entender, tornava a sua orientação *inaceitável, não se justificando (...) a análise do articulado na especialidade*²⁵⁹. Em Agosto de 1979 era criado o Conselho Nacional de Telecomunicações (CNT), órgão consultivo do Governo, dependendo directamente do primeiro-ministro, e que foi constituído para coordenar a actividade de todos os organismos detentores e utilizadores de redes de telecomunicações (CTT/TLP, CPRM, RDP, RTP, Forças Armadas e de Segurança)²⁶⁰.

6.10. A EUROPA COMO FUTURO

Além da dinâmica vivida no quadro institucional, o tempo era de reflexão e crítica relativamente à natureza e desenvolvimento das redes nacionais de telecomunicações. Os programas de trabalhos elaborados pelos CTT continuavam, de resto, a ser marcados por três objectivos prioritários:

- (i) continuação da automatização;
- (ii) melhoria da qualidade do serviço telefónico automático interurbano;
- (iii) necessidade já antiga de diminuir a lista de espera de postos telefónicos e telex.

Refira-se o tom crítico com que os CTT assinaram o Plano de Trabalho de 1977, concluindo que a estrutura de telecomunicações da empresa se mantinha, basicamente, *igual à que foi criada nos anos 1940 e mostra-se, por isso mesmo, incapaz de dar resposta adequada às necessidades que hoje é chamada a satisfazer*²⁶¹. Neste ponto sublinhava-se ainda a deficiente ligação *com os TLP, cujos assinantes geram cerca de 70 por cento do tráfego que a rede interurbana dos CTT é chamada a escoar*²⁶².

Graças ao financiamento externo, havia uma maior disponibilidade de recursos (em 1977 as verbas disponíveis ascendiam aos 3 406 866 contos, mais do dobro que no ano anterior apesar da taxa de inflação continuar muito elevada, situando-se nos 27,3 por cento) quanto aos trabalhos programados; ao privilegiarem a melhoria geral da rede, em detri-

mento da instalação de novos postos particulares, reflectiam já as mudanças que se estavam a operar no quadro da política económica traçada pelo Primeiro Governo Constitucional, nomeadamente no que dizia respeito ao planeamento integrado e à supressão de estrangulamentos de capacidade nas redes de telecomunicações²⁶³.

No domínio da automatização, prosseguia a trajectória de inevitável crescimento, apesar do ritmo conseguido nem sempre ser o desejado, dando portanto azo a algumas críticas. Em 1976 a Guarda era uma das poucas cidades do país que ainda não dispunha de telefones automáticos. Ironicamente, a solução de recurso encontrada para remediar esta situação passava diariamente pela deslocação de automóvel de alguns dos seus habitantes à povoação de Arrifana, *que fica à distância de 8 km, porque aí as chamadas processam-se rapidamente e ficam logo em linha (...)*²⁶⁴. Anote-se o facto essencial de que, em matéria de automatizações, todos estes atrasos partiam da incapacidade de se concluírem atempadamente os edifícios destinados a albergar as novas estações.

Em contrapartida, graças aos investimentos realizados a partir de 1972, foi possível melhorar globalmente a qualidade do serviço telefónico interurbano. Os CTT automatizaram 135 centrais telefónicas entre 1974 e 1980; a automatização integral do serviço telefónico deveria ficar concluída, de acordo com as previsões da empresa, até 1985.

Centrais telefónicas automáticas CTT (1974-1980)

Ano	N.º de centrais telefónicas automáticas
1974	762
1975	782
1976	801
1977	825
1978	844
1979	860
1980	897

FONTE: *Anuário Estatístico de Portugal*.

Por seu lado o número de telegramas continuava a diminuir, acentuando-se a sua quebra a partir de 1975. Percebia-se, no entanto, que alguns dos seus utilizadores eram-no, em parte, por força das carências e atrasos no lançamento de serviços mais eficientes e modernos. Fosse como fosse, era necessário continuar a investir e a encontrar formas de tornar a sua exploração mais rendível. Influenciada ou não por esta realidade, no ano seguinte a Direcção dos Serviços Técnicos enviou uma missão técnica a Londres para analisar o serviço telegráfico da cidade.²⁶⁵ Em suma, reconhecia-se a premência de alargar o leque de serviços prestados pelas empresas de telecomunicações, de forma a satisfazerem as necessidades cada vez mais diversificadas dos consumidores nacionais.

Tráfego de telegramas (1974-1980)

ANO	TELEGRAMAS
1974	4 541 737
1975	3 581 852
1976	3 052 766
1977	2 615 045
1978	2 224 170
1979	2 205 058
1980	2 134 139

FONTE: *Anuário Estatístico de Portugal*.

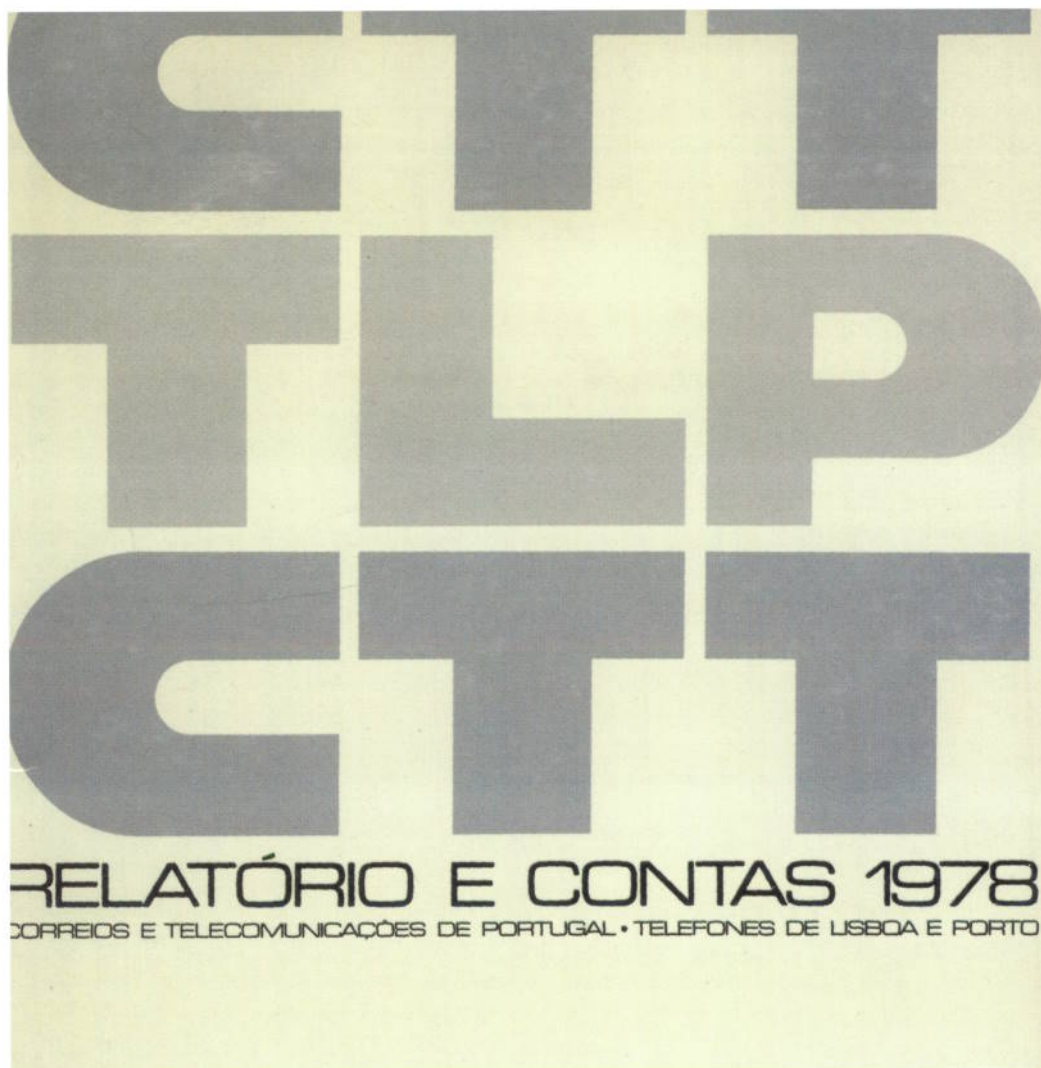
Foi de resto com este espírito que os engenheiros do CET, Egas Pinto Basto²⁶⁶ e João Carlos de Oliveira Cardoso, visitaram as divisões de investigação e desenvolvimento de telecomunicações da Suécia e da Suíça.²⁶⁷ Entre tudo impunha-se como condicionante essencial a adopção de uma política de equipamentos, a longo prazo, que envolvesse incentivos à indústria nacional de telecomunicações e equacionasse a introdução de novos serviços incorporando inovações científicas e técnicas.²⁶⁸ O desenvolvimento de uma indústria nacional de equipamentos de telecomunicações começou, aliás, a afirmar-se como uma preocupação constante da tutela, surgindo associada à modernização das redes e à introdução de novas tecnologias de comutação. Começava a perceber-se — fora das empresas e so-

bretudo a nível governamental — a especificidade e as vantagens, para o desenvolvimento das telecomunicações nacionais, da aquisição coordenada de equipamentos normalizados, opção que a prazo acabaria por ter reflexos na definição de um tipo de mercado menos diversificado, capaz de proporcionar melhores perspectivas de trabalho à indústria nacional.²⁶⁹

No Plano de Empresa elaborado pelos CTT em 1977 emergiam algumas reflexões essenciais acerca das relações a estabelecer com a indústria de telecomunicações. Sem grande entusiasmo, apontava-se como estratégia a seguir a celebração, pelos CTT/TLP, de contratos-programa com a indústria nacional.²⁷⁰ Em Março de 1977, o Conselho de Administração aprovava uma informação sobre comutação electrónica onde analisava as implicações da fabricação deste tipo de equipamentos em Portugal, ensaiando, em suma, uma política cujos princípios importa para já reter:

- e) intensificação dos estudos em curso, através da criação de um grupo de trabalho CTT/TLP, para definição da estratégia de desenvolvimento tecnológico no campo da comutação electrónica;
- f) prospecção a nível internacional para escolha do sistema mais adequado, tendo em conta a situação da indústria nacional de telecomunicações;
- g) elaboração de um plano de longo prazo, cobrindo a evolução dos equipamentos, sua exploração e conservação; a consequente reconversão da estrutura industrial; a formação e actualização a todos os níveis de técnicos de comutação electrónica;
- h) estudo imediato para aquisição de uma central electrónica de grande capacidade para a área de Lisboa.²⁷¹

Mas foi ainda preciso esperar quase um ano para que alguns destes aspectos viessem a concretizar-se. Só com a emissão do despacho do ministro dos Transportes e Comunicações, a 25 de Julho de 1978, seria possível materializar as ambições nacionais no domínio do *estudo, projecto, construção, comercialização e instalação de equipamentos de telecomunicações*²⁷². Implícita nesta orientação estava a dispensa por parte dos CTT/TLP da realização de tarefas subsidiárias, privilegiando-se, em primeiro lugar, a sua capacidade de actuação em *domínios que por sua natureza se entende lhes devem ser in-*



Primeiro Relatório e Contas conjunto dos CTT e TLP — 1978. AFPC

*dubitavelmente reservados, em particular no que respeita ao planeamento e definição das características do sistema nacional de telecomunicações, à coordenação do seu desenvolvimento e à sua exploração e gestão (...)*²⁷³. Interessante, sem dúvida, era o papel activo que a tutela reservava aos CTT/TLP na criação destas empresas²⁷⁴. Pelo meio tinha ficado a publicação do despacho do ministro Rui Vilar, a 13 de Setembro de 1977, fixando as directivas para a escolha dos sistemas de comutação electrónica a adoptar; de resto, era tempo de oficializar um processo que implicava necessariamente uma reconversão profunda da indústria nacional e uma nova organização dos serviços de telecomunicações dos CTT e dos TLP²⁷⁵.

Deixando para trás alguns estudos pontuais e dispersos — como os que resultaram das visitas de

estudo que desde o final dos anos 1950 se realizavam aos principais países da Europa industrializada — foram emergindo algumas reflexões influenciadas pela leitura de bibliografia internacional especializada, e que acabariam por se repercutir na realização de algumas experiências no domínio da comutação e transmissão electrónica²⁷⁶. Os trabalhos foram retomados no ano de 1976, quando os CTT consideraram ter chegado o momento de Portugal tomar uma decisão em relação à utilização da comutação electrónica, *planeando a sua integração na nossa rede e estudando com a indústria nacional o processo de reconversão progressiva para a sua fabricação*²⁷⁷. Apontavam-se três campos distintos onde seria possível adoptar a comutação electrónica digital:

CTT SECRETARIADO
ADMINISTRATIVO GERAL
11 AGO 1978
N.º 54/ME



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO

DSC	DST	DSR	DSI	DSF
DSP	DSE	DIO	DI	CJ
SG	SI	OM	MUS	SIR
ODI	SJC	RP	CDR	AXC
FEA	PSP	TLP	SA	

033

ADPD

Aos CTT/TLP

ASSUNTO: Formação de empresas com actividades subsidiárias no domínio das telecomunicações.

1. A vocação tradicional das Empresas Públicas Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT) e Telefones de Lisboa e Porto (TLP) tem-se traduzido, em termos genéricos, no estabelecimento, exploração e gestão da rede pública nacional de telecomunicações.

O desenvolvimento desta rede, no duplo aspecto dos equipamentos e da sua instalação, tem sido realizado com largo empenhamento daquelas empresas: no capítulo dos equipamentos, procurando dotar a indústria nacional com protótipos passíveis de industrialização em Portugal; quanto à instalação desses equipamentos, executando directamente os respectivos trabalhos, embora por vezes em recurso parcial a outras empresas.

2. Todavia, só dificilmente e com carências se tem prosseguido esse desenvolvimento, situação que não deixará de se agudizar em futuro próximo. Com efeito, não só é provável que se venha a acelerar o ritmo dos investimentos em telecomunicações de modo a responder adequadamente a uma procura crescente, aspecto que aliás se traduz claramente no plano a médio prazo das duas empresas, como se impõe um considerável alargamento no leque dos serviços prestados em ordem a satisfazer necessidades que rapidamente se diversificam, nos mais variados domínios técnicos e sectores de actividade.

Por outro lado, importantes oportunidades que têm surgido no mercado internacional, em matéria de exportação de tecnologia, de equipamentos e de trabalhos de instalação, têm vindo a ser em grande parte desaproveitadas, dada a incapacidade de lhes fazer face com um mínimo de agressividade, eficácia e oportunidade.

*enviada cópia
a todos os AD
DST. 14.8.78
2.2.84*

*Arquivar este original na
Secretaria*

Despacho do Ministério dos Transportes e Comunicações de 25 de Julho de 1978. Fundo CTT/SGCA/CX95/6 — AFPC

- rede rural;
- áreas urbanas de Lisboa e Porto (onde era de prever a instalação de estações de grande capacidade) e em algumas das maiores cidades do país;
- estações de comutação interurbana²⁷⁸.

Além de tudo o trabalho desenvolvido no quadro internacional potenciava uma observação crítica, e atenta, das experiências realizadas noutros países. Recorde-se que, no Verão de 1977, os CTT/TLP iniciaram no Canadá um périplo pelas principais empresas

mundiais de telecomunicações. O convite feito pela Northern Telecom Limited (NT) possibilitou ao presidente dos CTT/TLP, Norberto Pilar, contactar de perto com as mais modernas técnicas de fabrico de equipamentos telefónicos de comutação electromecânica e electrónica²⁷⁹. Em todo este processo estava reservado ao CET o estudo, a concepção e o desenvolvimento dos novos sistemas de comutação, bem como a respectiva metodologia de implementação.

A digitalização da rede telefónica tinha ainda de se adequar a duas realidades significativamente diferentes: por um lado, uma rede urbana bastante desenvolvida com uma densidade bastante razoável segundo os padrões europeus (TLP); por outro, uma rede de características rurais, existente no resto do país (CTT), para a qual a introdução da comutação electrónica continuava a não ser prioritária. Conta José Pinto Basto que a introdução da comutação digital só se justificava quando *as vias regionais de transmissão sejam igualmente digitais*, o que no final dos anos 1970 estava longe de acontecer²⁸⁰.

Entretanto, em 18 de Julho de 1979, a Direcção Regional de Telecomunicações de Lisboa dos TLP anunciava a constituição de um grupo de trabalho para estudar a comutação electrónica²⁸¹. Os CTT/TLP ainda iniciaram reuniões conjuntas com representantes da indústria nacional de telecomunicações, onde debateram o estabelecimento da Rede Digital Integrada (RDI); contudo, a incapacidade de criar um sistema electrónico próprio, aliado à inevitável e drástica redução de mão-de-obra causada pela futura introdução do novo sistema de comutação, acabou por levar o Governo, então presidido por Sá Carneiro, a determinar em Setembro de 1980 o adiamento da implantação de uma rede telefónica digital em Portugal²⁸².

No seu conjunto os CTT/TLP procuraram, ao longo destes anos, aproximar a rede nacional de telecomunicações em termos tecnológicos e quantitativos à realidade da Europa desenvolvida. Como ponto de viragem ficara a apresentação, em Março de 1977, do pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE). Era por isso fundamental reanimar e modernizar a economia portuguesa, adaptando-a gradualmente ao modelo das democracias ocidentais²⁸³. Norberto Pilar seguiu este princípio e adaptou-o aos CTT/TLP, colocando como meta fundamental, a atingir durante os anos 1980, a duplicação da capacidade de instala-

ção de equipamentos de telecomunicações, particularmente no que se referia ao telefone.

Alguns destes aspectos fazem parte dos Projectos de Infra-estruturas de Telecomunicações e Formação em Telecomunicações que Pilar remeteu à Secretaria de Estado da Integração Europeia na esperança de que a CEE avalizasse financeiramente a concretização de três importantes empreendimentos: o desenvolvimento das redes de telecomunicações rurais, a automatização de todas as redes manuais e a melhoria das comunicações com os Açores²⁸⁴. Saliente-se o interesse e a importância da melhoria dos sistemas telefónicos e de transmissão dentro dos Açores, sobretudo ao nível do desenvolvimento da indústria e das relações comerciais, dentro e fora daquela Região Autónoma. Antes de mais porque as ligações via satélite entre o Continente e os Açores, pouco tempo após a sua inauguração em Dezembro de 1977, já se encontravam saturadas sendo frequente os assinantes esperarem quatro horas e mais para obterem uma chamada entre os dois territórios²⁸⁵.

De resto, no limiar da década de 1980, os CTT/TLP prosseguiram, no essencial, a sua política de renovação tecnológica e de alargamento dos serviços prestados. O caso da transmissão de dados constitui um bom exemplo: foi a constante procura deste serviço que acabou por determinar que se planeasse a implantação de uma rede nacional de comunicação de dados. Fizeram-se estudos, tiraram-se conclusões, percebeu-se o interesse de uma iniciativa deste tipo e, em 1978, os CTT/TLP constituíram o Núcleo Permanente para a Comunicação de Dados (NPCD), ao qual foi cometida a realização de estudos e a apresentação de propostas com vista à definição de uma política a ser adoptada pelo sector, a curto e médio prazo²⁸⁶. Dois anos mais tarde, a CPRM ultimava as instalações necessárias para possibilitar aos assinantes da rede telefónica nacional o acesso aos bancos de dados dos Estados Unidos da América.

Note-se, por fim, que a necessidade de assegurar o aumento da oferta de serviços de telecomunicações obrigou o sector a adoptar uma política de investimentos mais dinâmica e rentável, de forma a reduzir os desfazamentos, preparando o sector nacional de telecomunicações para a próxima adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.